

SISTEMA FAEP



Mala Direta  
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

impresso

# BOLETIM informativo

[www.faep.com.br](http://www.faep.com.br) | [www.twitter.com/SistemaFAEP](http://www.twitter.com/SistemaFAEP)

Ano  
XXV

nº  
1097

24 a 30 de  
maio de 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

**CACHAÇA** Qualidade e  
reconhecimento à "branquinha"



pág

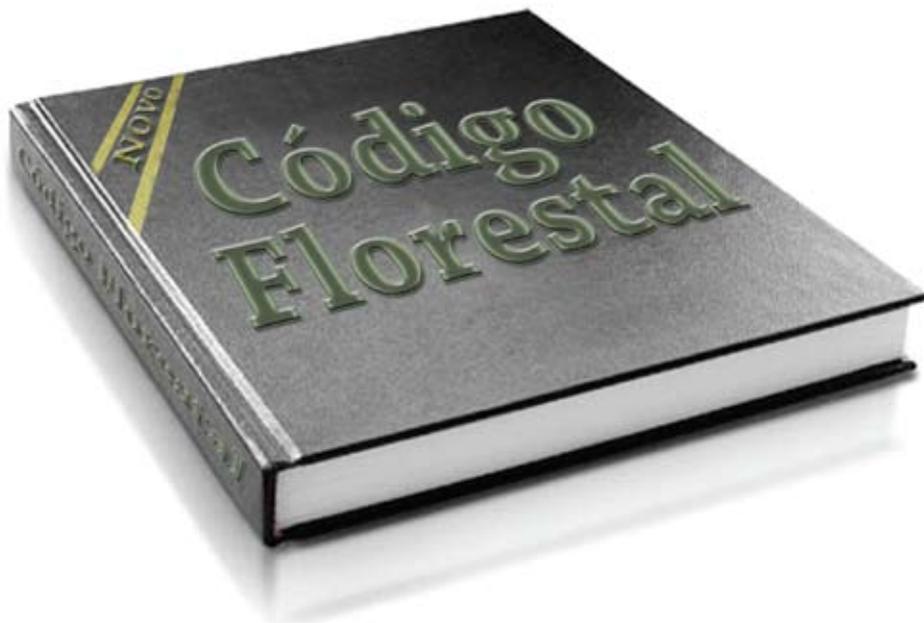
**14**



LEGISLAÇÃO | PÁG 02

# CÓDIGO FLORESTAL

## O que vem por aí



» Aldo Rebelo  
antecipa o que  
vai propor no  
novo Código

» “É estarrecedor  
o que temos na  
legislação ambiental  
brasileira”

» “Ninguém se dá  
conta da tragédia  
ambiental nas  
metrópoles”

2

**Capa**

Código Florestal



Divulgação

6

**Vazio sanitário**

Ferrugem na soja



10

**Hidrelétricas**

Ônus das empresas

12

**Geoparque**

A discussão

14

**Cachaça**

Organizar a produção

16

**Via Rápida**

A imprensa, o conto do vigário, o whisky japonês, o rei surdo e o recheio do sutã



Divulgação

18

**Cursos SENAR-PR**

Mulher atual, JAA, Agrinho, plantas medicinais e retroscavadeiras



21

**CCIR**

Treinamento a sindicatos

22

**Direto ao produtor**

NR-31e leite das crianças

23

**Visita**

Toledenses no Chaco

# “À luz da legislação

## O relator da comissão do novo Código Florestal abre o jogo

**A**o contrário da maioria dos ambientalistas acomodados em ONGs de gabinetes refrigerados, os componentes da Comissão da Câmara Federal encarregada da reforma do Código Florestal correram o trecho. Presidida pelo paranaense Moacir Micheletto e com o deputado nacionalista Aldo Rebelo como relator cruzaram o meio rural brasileiro, vendo e ouvindo os produtores e os problemas causados pela inchada legislação ambiental (16 mil itens). Em razão do processo eleitoral em andamento é possível que haja dificuldades na votação do relatório de Aldo Rebelo, mas sua intenção é apresentá-lo no próximo mês de junho.

Um resumo da opinião formada por ele depois das viagens pelo País pode ser constatada na longa entrevista que ele concedeu (17.05) ao jornal “Valor Econômico”. Nela, Rebelo antecipa os principais pontos do relatório que irá apresentar, mostrando de forma realista e contundente os traumas da atual legislação no meio rural. Para ele, “não tem como ter agricultura, pecuária e infraestrutura no Brasil com esta legislação. Só tem porque ela não é aplicada. Se for aplicada, não existe”. Ou “minha ideia é criar a base de uma legislação que deixe o agricultor em paz”.

A seguir os principais pontos abordados por Rebelo ao “Valor Econômico”.

### **Valor: Qual o objetivo do seu relatório?**

Aldo Rebelo | Minha ideia é criar a base de uma legislação que deixe o agricultor em paz. Onde o Estado tenha mais função de orientar, fazer da preservação do meio ambiente não humilhação e punição, mas educação.

### **Valor: O senhor delegará poder aos Estados?**

Rebelo | Sim, vamos buscar incorporar estados e municípios. Tem que delegar e destinar recursos, como se faz com saúde e educação.

### **Valor: As APPs e reservas legais serão mantidas?**

Rebelo | Embora a reserva legal e a APP sejam personalidades jurídicas únicas no direito ambiental internacional, com exceção do Paraguai, para cumprir o nosso compromisso com o projeto civilizatório ambientalmente equilibrado devemos manter as duas. E calcular a soma da reserva legal com a APP para exigência legal.

# o Brasil é um crime ambiental”

## **Valor: O senhor já tem um critério para calcular as APPs?**

Rebello | A mata ciliar é para proteger margem de rio. Dizer que é 200 ou 300 metros [de largura] não diz nada. A Embrapa diz que foi tirado da cartola. Primeiro, tem que examinar o terreno da margem e o tipo de solo. Se tem declive, em situação mais frágil com a chuva que pode assorear o rio, tem que ter APP maior. Se além do declive tiver solo arenoso, raso, tem que colocar a APP mais protetora. Mas se tem terreno plano, solo duro, argiloso, a APP pode ser menor. E se tem rochedo, um canion, na margem tem que ter outra solução.

## **Valor: E os topos de morro, as várzeas?**

Rebello | No topo de morro, fica na ilegalidade a turma que planta uva em Caxias, Garibaldi, quem planta maçã, café em Minas. É um conceito abstrato que oferece ao Ministério Público o arbítrio de processar qualquer produtor que está lá há anos e não tem como definir, a não ser um técnico, o que pode ou não plantar. Tem que entregar à universidade, à Embrapa, para dizer o que é. Não pode deixar o Ministério Público, que não sabe a diferença entre um pé de maxixe e uma jaqueira, dizer o que é porque ele não sabe o que é. E tem o absurdo de proibir arroz em várzea.

## **Valor: O senhor não teme a reação dos ambientalistas?**

Rebello | Essa gente acha que democracia é ter lei ambiental que não passou pelo Congresso. Das 16 mil normas ambientais, de decretos, leis, portarias, 90% não foram votadas por ninguém, não se discutiu ou decidiu. Eles acham isso democrático. Quando queremos levar ao Congresso, estados e municípios, estamos querendo levar a sociedade em conta. E o Ministério Público transformou-se, na prática, no braço jurídico dessas corporações, das ONGs. Eles ficam raivosos, mas é isso. E como a sociedade não tem organiza-

de, o povo não chega nele. Chega quem tem articulação. As corporação têm e chegam. E as ONGs terminam chegando. Não tem como ter agricultura, pecuária e infraestrutura no Brasil com esta legislação. Só tem porque ela não é aplicada. Se for aplicada, não existe.





Copacol

Os deputados Moacir Micheletto, Aldo Rebelo, Homero Pereira e Valdir Colato, conheceram de perto a realidade do pequeno produtor  
 Fonte: Assessoria de Imprensa Copacol

**Valor: Como os países desenvolvidos solucionaram o problema?**

Rebelo | Não existe na legislação europeia, americana, algo como temos no Brasil. É simplesmente estarrecedor, inacreditável o que temos na legislação ambiental brasileira. Não sei como chegamos a este estado, como tantos abusos foram cometidos, como foi imposta ao país esta legislação sem que houvesse por parte do Estado e da sociedade algum tipo de repulsa.

**Valor: Que exemplos o senhor considera repulsivos?**

Rebelo | Como se pode aceitar uma legislação que coloca na ilegalidade 90% dos proprietários, o cidadão que arranca uma minhoca da beira do rio, um índio que põe raiz de mandioca para fermentar dentro de um igarapé, todo o rebanho no Pantanal, onde se cria boi há 250 anos.

**Valor: E com a agricultura, a situação é melhor?**

Rebelo | Setenta e cinco por cento do arroz produzido no Brasil está na ilegalidade. A produção de banana do Vale da Ribeira, que é uma dádiva porque abastece 20 milhões de pessoas em São Paulo a 100 quilômetros de distância, quando o europeu tem que comer banana da Costa Rica e o americano tem que comer banana do Equador. Aqui, está tudo na ilegalidade. Como pode, em um único município de Mato Grosso, ter 4 mil as-

sentados do Incra proibidos de receber o Pronaf [crédito rural] porque não conseguem cumprir a legislação ambiental? Os pequenos agricultores vendendo suas propriedades porque elas são desvalorizadas pela ação do Ministério Público, pela ação dos órgãos ambientais.

**Valor | Há algum sentido nesta desordem permanente, que ninguém corrige?**

Rebelo: Essa anarquia não é anarquia, há uma lógica. Você bloqueia a infraestrutura do país, completamente, não consegue fazer nada, não consegue pavimentar uma estrada, fazer uma ponte, uma ferrovia, um arremedo de hidrelétrica como é Belo Monte.

**Valor: Hoje, seria possível fazer uma Itaípu?**

Rebelo | Nada. Também não faria Brasília, hoje. Levou mais tempo para licenciar uma pista do aeroporto de Brasília do que para fazer Brasília. À luz dessa legislação, o nosso país é um crime ambiental, não um projeto civilizatório generoso, da tolerância. Quando os portugueses chegaram aqui já existiam os criminosos ambientais, os índios, que caçavam sem licença. A literatura brasileira é cheia de crimes ambientais. Em "Vidas Secas", em "Os Sertões". E quando você olha para a legislação europeia e americana sequer existe a figura jurídica da reserva legal.

**Valor: Qual a reserva legal da Holanda, de onde vem o combativo Greenpeace?**

Rebelo | Na Holanda, não existe. Na Amazônia, é 80%. Aqueles canais cortam a Holanda de cima abaixo. Qual a APP área de proteção permanente, a mata ciliar?

**Valor: É este diagnóstico que faz um ícone da esquerda como o senhor ser identificado com o pensamento ruralista?**

Rebelo | Quem são os ruralistas? Os assentados do Incra? Os assentados da reforma agrária de Araçatuba? Da fazenda Ipanema, que eu conheço e visitei, e que têm as mesmas preocupações com relação a essa aplicação da legislação? O binômio ruralista-ambientalista é um discurso que serve a esse tipo de ambientalismo, que não é todo ambientalismo, não. Cerca de 90% dessas ONGs são locais, bem intencionadas, e algumas fazem trabalho importante, humanitário.

**Valor: E os outros 10%?**

Rebelo | São meia dúzia de ONGs, algumas com sede no exterior. Chegam aqui, recebem muitos recursos de fora - algumas recebem do próprio governo brasileiro. Já discuti a questão da Caatinga em Petrolina. O Ministério da Integração fez um convênio com uma ONG americana. Perguntei: não tem uma universidade federal da Bahia, de Pernam-

**“ Não existe na legislação europeia, americana, algo como temos no Brasil. É simplesmente estarrecedor, inacreditável o que temos na legislação ambiental brasileira ”**

buco, de Petrolina, para resolver esse problema? Precisa uma ONG americana? Agora o Banco do Brasil está contratando uma outra ONG estrangeira. Há uma espécie de submissão, de capitulação do Estado nacional diante dessas pressões.

**Valor: Com que objetivo agem essas ONGs?**

Rebello | Congelar a fronteira agrícola, transformar o Código Florestal numa espécie de Código Tributário, para jogar nas costas da agricultura brasileira um custo que não pode ser jogado na Organização Mundial do Comércio. Porque a confusão está toda em Mato Grosso e não está em São Paulo? Por causa da fronteira agrícola. Acha que é preciso conter a expansão da fronteira agrícola do Brasil, ela se constitui numa ameaça aos nossos concorrentes lá fora. Guerra da soja, do algodão, do açúcar, da carne. Por que vão se reunir 500 ONGs em Colider? Para obstruir a Cuiabá-Santarém? O que ela tem de tão horrível se pode, inclusive, a mesma rodovia que transporta carne, soja, gente, boi, ela também pode transportar os fiscais do meio ambiente, as ONGs, para olhar o que está acontecendo. É para impedir o transporte de grãos. Então, não tem nada de inocente, nada de humanitário nisso. Não estão aqui em busca do nosso bem. Estão aqui em busca dos nossos bens, como disse o sábio padre Antonio Vieira.

**Valor: Que ONGs estão em busca dos nossos bens?**

Rebello | Posso dizer uma, que é a holandesa: Greenpeace. Tem sede na Holanda, registrada na Junta Comercial de Amsterdã. Com um histórico muito pouco recomendável, perdeu muito prestígio na Europa por conta de denúncias e resolveu recuperar o prestígio fazendo campanhas na Amazônia. São executivos, não é trabalho de voluntários. São bem remunerados.

**Valor: Como resumir as consequências desse legislação?**

Rebello | São duas: primeiro a concentração da propriedade da terra. E segundo um processo de desnacionalização, porque o investidor estrangeiro, com o custo lá fora, no país dele, muito elevado, pode suportar esse custo aqui.

**Valor: Quem tem levado vantagem com o código atual?**

Rebello | Uma parcela dessas ONGs que transformam a batalha numa espécie de indústria. Espalham pânico, medo, e colhem recursos para dizer que protegem o meio ambiente dos predadores do campo. Ninguém se dá conta da tragédia ambiental nas metrópoles. Em São Paulo, tem um represa que banha 11 cidades. É bonita, cercada de APP, mas ninguém nada porque recebe o es-



Arquivo

goto dessas cidades. Então, a pessoa está em São Paulo, tem aquele rio Tietê que recebe todo o esgoto, tem dois carros na garagem, come pizza no forno a lenha e acha que o problema ambiental é de quem cria vaca em Araçatuba, uma cabra em Petrolina ou planta milho em Rondônia. Há um divórcio entre a sociedade rural e a mentalidade urbana que não tem consciência dos seus próprios problemas. Os ativistas dessas ONGs têm origem urbana, desconhecem, têm um bloqueio, não conseguem visualizar o mundo do campo.

**Valor: E o campo é o vilão?**

Rebello | A agricultura brasileira é muito desigual. Parte dela é pré-capitalista, semicapitalista, sem capital ou tecnologia intensiva. Essa é a mais vulnerável à legislação. Ela pode não ter função econômica relevante, ser cotada na bolsa, mas tem função social relevante porque garante a sobrevivência de muita gente. As pessoas estão ali por opção existencial, espiritual, querem viver no campo, se identificam com aquilo. Porque vamos expulsá-las dali? A agricultura intensiva em capital e tecnologia - essa de Mato Grosso, grande criador de gado, produtor de grãos - é responsável pelo êxito do Brasil na crise da Europa e dos EUA.

A Comissão no sudoeste paranaense

**“ Como se pode aceitar uma legislação que coloca na ilegalidade 90% dos proprietários, o cidadão que arranca uma minhoca da beira do rio, um índio que põe raiz de mandioca para fermentar dentro de um igarapé, todo o rebanho no Pantanal, onde se cria boi há 250 anos ”**

# Ferrugem pegou a soja no final do ciclo

Clima favoreceu proliferação da doença com perdas de até 50%

por Marcos Tosi

A ferrugem pegou a soja paranaense na reta final da safra. E o estrago foi grande. As variedades de ciclo mais longo sofreram intenso ataque da doença com perdas de até 50%. “Chovia sem parar e não conseguíamos entrar no terreno na hora certa de aplicar o fungicida. Infestou demais”, diz o produtor Vagner Barausse, do município de Palmeira, na região dos Campos Gerais.

A proliferação da ferrugem asiática atinge em cheio o bolso dos agricultores. “Mesmo usando toda tecnologia, rotação de culturas e aplicações de fungicida, alguns produtores só conseguiram produtividade de 80 a 90 sacas por alqueire, quando o custo para produzir é de 100 sacas por alqueire. O pessoal do banco já está ciente da quebra”, completa Barausse.

Entre os técnicos é consenso que o clima favoreceu a proliferação da ferrugem em diversas regiões paranaenses. “A combinação de calor e umidade é um fator preponderante, a pesquisa mostra isso”, confirma Maria Celeste Marcondes, engenheira agrônoma do Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura (Defis) em Apucarana. Esta foi uma safra em ano de El Niño, fenômeno que proporciona chuvas regulares. “O El Niño é bom para a lavoura, mas também é bom para a ferrugem”, aponta Cláudia Godoy, pesquisadora da Embrapa Soja.

O produtor e agrônomo João Conrado Schmidt, de Ipiranga, acredita que só o vazio sanitário e as aplicações de fungicida não dão mais conta do problema. Ele sugere um sistema de vigilância integrado. “Não adianta nada você tomar todas as precauções se um vizinho deixar de pulverizar ou pulverizar na hora errada. Tem que ser coordenado. Acho que se aparecer uma pústula, todo mundo deveria aplicar o fungicida. Mas essa é uma opinião pessoal, não sei o que dizem os pesquisadores”, pondera Schmidt.



## Avaliação técnica

Maria Celeste, da SEAB, pondera que seria um erro “todo mundo” aplicar o fungicida simultaneamente. “Não funciona assim. Banalizar as aplicações não é eficiente, além de ser muito caro. A decisão de pulverizar tem que ser avaliada tecnicamente, caso a caso. O produtor precisa conhecer os sintomas da ferrugem e acompanhar a lavoura. Tem que andar na propriedade com uma lupa, observando as plantas. Desconfiou, manda para o laboratório”, completa. O parecer técnico é que vai indicar se o esporo está ativo ou inativo na planta.

A pesquisadora Cláudia Godoy destaca o papel de uma ação preventiva e racional. Ela lembra que a doença tende a se instalar na fase de florescimento. “Fazer aplicação na fase vegetativa geralmente é bobagem, você está jogando o produto fora, gastando sem precisar. Se a ferrugem surgiu no vizinho, provavelmente vai entrar na sua propriedade durante o florescimento. Aí sim,

## Vazio sanitário: sem ele, danos seriam ainda maiores

**D**urante três meses, de 15 de junho a 15 de setembro de 2010, não pode haver nenhuma planta de soja no território paranaense. As plantas vivas devem ser eliminadas até 14 de junho mesmo em parques, praças e margem de rodovias. Pelo terceiro ano consecutivo a prática do vazio sanitário é adotada no Paraná. A intenção é reduzir significativamente a quantidade de esporos no ambiente na entressafra e, dessa forma, inibir o ataque precoce da soja.

Se não fosse a rigorosa observação do vazio sanitário por parte dos agricultores, a ferrugem asiática poderia ter efeitos ainda mais devastadores nas lavouras. "Historicamente, os esporos aparecem primeiro pela região Oeste do Paraná, próxima ao Paraguai, por que lá eles não observam o vazio sanitário. O respeito à prática, no Brasil, permite que as primeiras semeaduras se livrem significativamente da doença", afirma Cláudia Godoy, da Embrapa.

Quase dez anos depois do surgimento dos primeiros focos no Brasil, a Embrapa estima que a ferrugem asiática já tenha causado perdas de US\$ 13,4 bilhões, somando os custos de controle, quebra de colheita e diminuição de renda. Hoje dez estados brasileiros adotam o vazio sanitário, que tem se mostrado bastante eficiente para atrasar o ataque da doença e, assim, diminuir o número de aplicações de fungicida.

Neste ano, houve aumento da área de soja safriinha no Paraná. Os produtores devem redobrar a atenção para não deixarem restos de cultura na lavoura.

## Monitoramento à Sherlock Holmes

» A ameaça da ferrugem asiática obriga os agricultores a ter atenção total nas lavouras. As primeiras lesões causadas pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi* ocorrem nas folhas baixas e se caracterizam por minúsculos pontos, com coloração esverdeada a cinza-esverdeada. Para detectá-las, é necessário colocar a folha contra um fundo claro ou utilizar uma lupa de 20 a 30 aumentos. No verso da folha ocorre a formação de urédias (estruturas de reprodução do fungo), que se apresentam como pequenas saliências na lesão.



» A observação das urédias é a principal característica que permite a distinção entre a ferrugem da soja e outras doenças com outros sintomas semelhantes, como o crestamento bacteriano (*Pseudomonas savastanoi* pv. *glycinea*), a pústula bacteriana (*Xanthomonas axonopodis* pv. *glycines*) e a mancha parda (*Septoria glycines*). As lesões da ferrugem tendem para o formato angular e podem atingir 2 a 5 mm de diâmetro, podendo aparecer nos pecíolos, vagens e caules.



» Plantas infectadas apresentam desfolha precoce, comprometendo a formação e o enchimento dos grãos. Os danos variam de 10% a 90% da produção.



**3550**  
kg/ha

**1470**  
kg/ha

**perdas: 58%**

Fonte:  
[www.consorcioantiferrugem.net](http://www.consorcioantiferrugem.net)

**FERRUGEM**  
tende a se  
instalar  
na fase de  
florecimento

surgindo os sintomas, deve-se aplicar o fungicida", orienta.

O ideal, no combate à ferrugem asiática, seriam variedades com resistência genética. Existem cultivares desenvolvidas para Goiás, mas não ainda para o Paraná, apesar do empenho das instituições de pesquisa. Enquanto essas cultivares não chegam, a opção é recorrer às ferramentas de controle disponíveis como o vazio sanitário, a rotação de culturas e o uso racional de fungicidas. Uma outra ferramenta, também em teste, é o coletor de esporos. O equipamento fica na lavoura e coleta as partículas dispersas no vento. O material é enviado periodicamente para testes em laboratório que podem detectar precocemente o aparecimento da ferrugem. Produtores que recorreram ao coletor conseguiram controlar a doença com apenas uma ou duas aplicações.

Um dos efeitos diretos da ferrugem na próxima safra deve ser o aumento da área plantada com variedades precoces e normais, menos atacadas pela doença do que as de ciclo tardio. Isso levará a uma concentração da época de colheita, gerando falta de maquinário e dificuldades operacionais. "A infestação da ferrugem, desta vez, foi generalizada no Paraná. De agora em diante, ela vai aparecer sempre e teremos que aperfeiçoar o controle", assinala Cláudia Godoy.

# Direitos humanos



\* **ÁGIDE MENEQUETTE** é presidente do Sistema FAEP

Às vésperas do Natal do ano passado os brasileiros foram presenteados com o Decreto 7.037 assinado pelo presidente da República e 31 de seus ministros, o chamado Plano Nacional de Direitos Humanos - 3 (PNDH-3). Suas 78 páginas bombardeiam os direitos individuais, o direito de propriedade, a Constituição enfim, num conjunto inominável de aberrações jurídicas.

No último dia 12, o Diário Oficial da União publicou o Decreto 7.177, assinado pelo presidente Lula e pelo ministro Paulo Vanuchi, dos Direitos Humanos, tentando alterar alguns dispostos no decreto anterior do PNDH-3. A emenda saiu pior que o soneto. As verdadeiras intenções de um grupo encastelado no governo de baleiar a Consti-

tução e incorporar nos parâmetros jurídicos do País teses absurdas e preconceituosas que ferem a sociedade brasileira não foram revogadas. Ao contrário, permanecem as intenções iniciais.

Além disso há absurdos de uma inconsequência ilimitada. No caso do agronegócio que vem sustentando a balança comercial, existe a ideia de "fomentar a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), incorporando o sócio e o etnozonoamento. O que é isso? As terras devem ser distribuídas por classes sociais e pela etnia dos indivíduos?

E mais, propõe o apoio "à incorporação dos Sindicatos de Trabalhadores e Centrais Sindicais nos processos de licenciamento ambiental de empresas, de forma a garantir a saúde do trabalhador". Como se já não houvesse legislação pertinente a esses temas, as Centrais e os Sindicatos teriam interferência direta na administração das empresas privadas.

No decreto 7.177 mantém-se as audiências públicas como passo inicial no caso de invasões em áreas rurais e propriedades urbanas. Ou seja, descarta-se a Justiça e os mecanismos de imediata reintegração de posse.

Em resumo, esse novo instrumento assinado, no caso do meio rural, mantém o amontoado de intenções capciosas. É uma maquiagem sobre premissas autoritárias.

Que se cumpra a Constituição.

**Ágide Meneguette**

Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná

**“No decreto 7.177 mantém-se as audiências públicas como passo inicial no caso de invasões em áreas rurais e propriedades urbanas. Ou seja, descarta-se a Justiça e os mecanismos de imediata reintegração de posse”**

## FAEP alerta BB sobre contratos e juros indevidos

Clientes de duas décadas são injustiçados e banco cobra juros indevidos



A FAEP encaminhou ao vice-presidente de agronegócio do Banco do Brasil, Luis Carlos

Guedes Pinto, ofício relatando as preocupações de produtores com contratos de CPR, durante o Plano Collor. Ocorre que o banco não está concedendo novos financiamentos para os clientes que moveram ação judicial referente aos contratos de Cédula Rural Pignoratícia - CPR, do período do Plano Collor, que teve decisão com jurisprudência no STJ.

Eles estão sendo comunicados pelos gerentes que somente terão acesso ao crédito se desistirem da ação. Como há jurisprudência no STJ, seria plausível que o banco verificasse entre os produtores aqueles que tem ou não direito ao ressarcimento dos valores pagos a mais, e quais não possuem esse direito antes de adotar qualquer medida.

Não é, porém o que está ocorrendo. Clientes fidelizados há mais de 20 anos estão sendo injustiçados com a política adotada pelo banco.

### Juros

Em outra situação, os produtores estão pagando juros indevidos. A resolução 3.575/2008, do Conselho Monetário Nacional regulamentou o artigo 10 da MP 432, convertida na Lei 11.775/08.

Ela determina que os agentes financeiros teriam até o dia 31 de março de 2009 para informar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda o número de contratos e os montantes contemplados pelos arts. 10 e 11 da Medida Provisória 432.

No entanto, os produtores têm informado que essa redução de juros no Banco do Brasil está sendo aplicada somente na liquidação do contrato. As parcelas das operações pagas em dia não estão tendo o benefício da redução dos juros.

Tal procedimento fere o estabelecido em lei e os direitos dos produtores, tendo em vista que o desconto já deveria ser aplicado retroativamente desde 15 de julho de 2008.

# FAEP defende produtores de trigo

Federação quer que MAPA considere legais plantios baseados na Portaria nº 79

A Federação da Agricultura do Paraná (FAEP) solicitou ao Ministério da Agricultura e Abastecimento que considere legais os plantios de trigo entre 1º e 20 de maio, garantindo assim o acesso ao crédito e à cobertura de Seguro Agrícola e Proagro em caso de frustração de safra aos triticultores.

O motivo do pedido da FAEP é em relação à Retificação nº 21 do zoneamento agrícola do trigo, publicada em 19 de abril de 2010, poucos dias antes do plantio da cultura em algumas regiões do Paraná e que postergou o plantio, em média, em 20 dias. “Muitos produtores paranaenses plantaram baseados na Portaria nº 79 de 31 de março e estão sem amparo no crédito, seguro e Proagro”, explica a Federação em seu comunicado ao MAPA.

A Portaria nº 79 já havia revogado a Portaria nº 380, publicada em 14 de dezembro de 2009, que estabelecia o zoneamento agrícola do trigo sequeiro no Paraná para safra 2009/10. “Considerando que o Seguro, o Proagro, Crédito e Zoneamento Agrícola estão vinculados, os agricultores se habituaram a esperar a divulgação do zoneamento para plantar conforme as regras preconizadas”, informa a FAEP.

É o caso do triticultor e presidente do Sindicato Rural de Medianeira, Ivonir Lodi. Ele plantou 40 hectares de trigo e corre o risco de ficar sem seguro em sua lavoura. “Como conhecemos a região, sabemos que a melhor data para plantio seria 20 de abril e já tínhamos solicitado esta data. Mas esperamos até o dia 1º de maio, conforme o zoneamento. Agora, fomos pegos de surpresa com a data do dia 20”, explicou o produtor.

Lodi também financiou 10 hectares através do Proagro que, se for mantida a Retificação nº 21, fará com que ele perca o crédito. “Não posso ficar sem o crédito, já corro o risco de ficar sem seguro e posso também perder o crédito, isso não é justo, não avisaram ninguém”, criticou o presidente do sindicato.

Segundo ele, os produtores da região, além de não serem consultados, ainda pediram para que fosse mantida a data de final de abril, mas não obtiveram resposta positiva. “Não foi consultado nada. A variedade que plantamos agora não poderia esperar até 20 de maio, mostramos que a realidade é outra aqui na nossa região, mas não quiseram mudar”, disse Lodi.



CONAB

## Leilão de PEP de milho

Atendendo pedido da FAEP, encaminhado ao MAPA, a Conab realiza, no dia 25 de maio (terça-feira), às 9 horas, leilão de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) de 1 milhão de toneladas de milho. Os produtos são originários dos estados de Mato Grosso (600 mil t), Mato Grosso do Sul (80 mil t), Goiás (130 mil t), Minas Gerais (70 mil t) e Paraná (120 mil t).

As operações serão realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização (SEC) da Companhia. No leilão será disputado um prêmio, cujo valor inicial varia de R\$ 2,52 a R\$ 6,84 por quilo de produto, dependendo do estado.

Podem participar avicultores, suinocultores e fabricantes de ração e de insumos, indústrias de alimentos e comerciantes estabelecidos nas regiões Nordeste e Norte (exceto os estados de Rondônia e Acre), no Espírito Santo e no norte de Minas Gerais. A compra é limitada a 600 t por adquirente (CPF).

A Conab adianta que novos leilões podem ocorrer nas semanas seguintes, o que depende dos resultados obtidos e da avaliação realizada entre o MAPA e a cadeia produtiva.

# Problema Resolvido?

Passivo ambiental gerado por usinas hidrelétricas é das empresas e não dos agricultores

O problema não foi criado pelos produtores, mas eram eles que estavam sendo responsabilizados. A injustiça acontecia em áreas distintas do Estado, mais precisamente no entorno das usinas hidrelétricas de Salto Caxias, Salto Santiago, Chavantes e Capivara. As duas primeiras na região sudoeste e as demais no norte e norte pioneiro do Paraná, atingindo cerca de duas mil famílias em 18 municípios paranaenses.

Isso porque os produtores que tinham propriedades nesses locais foram comunicados pelo Ministério Público e pelas empresas envolvidas a assumir o passivo ambiental, ou seja, estabelecer áreas de preservação permanente (APPs) de 100 metros no entorno dos lagos das usinas.

A responsabilidade da preservação seria do “empreendedor” (hidrelétricas), conforme estabelecido através da Medida Provisória 2.166-67, de 2001. No entanto, como as usinas hidrelétricas foram constituídas antes da MP, o encargo foi transferido ao agricultor, conforme alertado e noticiado pelo Boletim Informativo 1067, de setembro de 2009.

“Uma injustiça está em marcha no Paraná. As autoridades ambientais cobram dos produtores rurais a responsabilidade pela implantação de 100 metros de mata ciliar às margens dos lagos criados artificialmente pelas hidrelétricas. Se nada for feito, para muitos pequenos produtores será inviável continuar na atividade agrícola diante dos custos deste passivo ambiental”, dizia a nota da FAEP à época.

Além disso, os produtores que estão em áreas de reservatórios implementados antes de 2001 não foram indenizados e nem tiveram suas áreas adquiridas. Mesmo assim foram responsabilizados pela manutenção do passivo ambiental. “Trata-se, em sua maioria, de proprietários com área média entre 5 a 60 alqueires. A indenização, na época da criação do lago, foi apenas pela área alagada, não inclu-



Acima, mapa do Paraná e a localização das usinas hidrelétricas de SALTO CAXIAS e SALTO SANTIAGO, no rio Iguaçu, CHAVANTES e CAPIVARA no rio Paranapanema

do qualquer terra destinada à mata ciliar. A grande maioria desses produtores é de pequena propriedade e também de assentamentos”, alertou a FAEP.

## As ações da FAEP

A Federação da Agricultura reagiu. Depois de uma minuciosa análise do problema encaminhou uma carta-manifesto em conjunto com a Fetaep (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná) ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministério do Meio Ambiente, deputados e senadores. Além disso, promoveu audiências públicas e reuniões com o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e empresas para que os produtores não fossem prejudicados.

“Solicitamos uma solução definitiva para corrigir as injustiças causadas aos produtores rurais lindeiros das margens dos lagos criados artificialmente pelas Usinas Hidrelétricas implementadas antes de 2001”, dizia o documento da FAEP.

Todo o trabalho da FAEP deu resultado. Agora em maio, o Ministério do Meio Ambiente encaminhou um ofício com a resposta sobre a implantação de APP às margens de lagos criados por hidrelétricas.

“Entende-se que as APPs situadas ao longo dos 100 metros dos lagos artificiais devem ser adquiridas/alienadas e recuperadas e/ou implementadas pelas empresas gestoras das usinas hidrelétricas”, diz o ofício do MMA.

## Usina hidrelétrica Capivara

RIO PARANAPANEMA

Usina hidrelétrica  
de Chavantes



### Critério Técnico

O Ministério do Meio Ambiente entende que “é inconcebível que o agricultor após passar por uma série de modificações em sua vida e propriedade ainda tenha que arcar com o ônus da recuperação de uma área de preservação permanente que antes não fazia parte de sua propriedade”.

De acordo com análise do MMA, mesmo antes da entrada em vigor da MP 2.166-67 de 2001, a legislação ambiental já considerava APP as florestas existentes ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais. Com isso, a responsabilidade da preservação é da empresa gestora da hidrelétrica. “Obrigação esta que foi indevidamente transferida para os pequenos proprietários da região”, explica o ofício do MMA.

A análise ainda considera que o produtor já sofreu dois reveses: a depreciação de sua propriedade e a desapropriação de parcela da mesma, alterando sua realidade econômica. O Ministério do Meio Ambiente também pede medidas urgentes das hidrelétricas em relação às APPs. “A criação destes reservatórios vem causando impacto ambiental direto, alterando as propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, devendo o empreendedor restabelecer, o mais proximamente possível, o equilíbrio ambiental”, informa o ofício.

# As usinas e seus problemas

## USINA SALTO CAXIAS

A Copel vendeu terras remanescentes aos produtores, entre 1997 e 2001. De forma premeditada, a empresa colocou no contrato que a obrigação pelo cumprimento do passivo ambiental caberia ao produtor. Há produtores que perderão até 70% das terras compradas se forem obrigados a implantar 100 metros de APP. Sem contar o custo para implantação e manutenção destes entornos. Além disso, como fazer o SISLEG se os produtores não tem todos os documentos? Para o SISLEG são necessários a matrícula e os mapas das propriedades, estes últimos são sistematicamente solicitados à Copel desde 2001, mas a empresa não tem entregado esses mapas, diante da impossibilidade de indicar a APP de 100 m.



## USINA DE SALTO SANTIAGO

A Tractebel contratou uma empresa especializada para fazer o plantio das mudas, pagou por essas e o produtor tem o encargo da manutenção e não deixar nenhum animal entrar na APP. Porém, os produtores não aceitam as alternativas apresentadas e querem saber quem irá pagar indenização pelos 100 metros de APP.



## USINA CAPIVARA

Os produtores da região estão sendo pressionados para aderir a um programa de implantação de mata ciliar no entorno do reservatório da empresa Duke Energy. O produtor teria que assinar um termo de colaboração doando uma faixa da propriedade de 100 metros na borda do reservatório e a empresa seria responsável pelo reflorestamento das áreas.



## USINA DE CHAVANTES

Ao contrário das hidrelétricas no rio Iguaçu, o reservatório de Chavantes tem em seu entorno grandes propriedades voltadas para a pecuária nos municípios de Ribeirão Claro, Salto do Itararé, Carlópolis, Siqueira Campos e Santana do Itararé. A Duke Energy é sua proprietária. Os proprietários rurais nos entornos dessas hidrelétricas sofrem as angústias provocadas pela legislação ambiental.



Os Geoparques são uma iniciativa da UNESCO, órgão da ONU, e vários países já o adotaram. No Brasil, até agora, há apenas o Geoparque do Araripe, no Ceará, que apresenta topografia e geologia completamente diferentes de, por exemplo, os Campos Gerais, no Paraná, onde se pretende criar um novo Geoparque. Há pelo menos outros vinte previstos. Essa ideia, porém, vem gerando sérias preocupações e dúvidas entre produtores rurais e outros setores de municípios dos Campos Gerais. Há temor, por exemplo, pelo termo “parque”, mas é a terminologia adotada internacionalmente.

Para esclarecer as controvérsias, a FAEP organizou na terça-feira, dia 18, um encontro reunindo representantes da UNESCO, da Mineropar, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Sindicatos Rurais, produtores e outras entidades (veja box). O que era para ser uma discussão técnica e de diálogo com múltiplas informações sobre essa novidade no Brasil, tornou-se um confronto de posições radicalizadas. Como já existe um Parque Nacional dos Campos Gerais com o detalhe de que foi criado, mas nunca implantado, houve uma natural desconfiança dos produtores. Mesmo tentando informar sobre o conceito dos Geoparques e a preservação da produção existentes nas propriedades da região, houve dificuldades intransponíveis aos representantes da Mineropar, UNESCO e Universidade de Ponta Grossa. “Não há informação sobre o que pode acontecer à agricultura, pecuária e reflorestamentos na região”, disse, por exemplo, Ricardo Johansen, produtor de Ponta Grossa. O diretor presidente da Mineropar, Eduardo Salamuni, afirmou que não haverá Geoparque “sem a concordância da sociedade”.

Mas o impasse já estava criado. Diante disso, o diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, que presidia o encontro, encerrou o debate. Minutos depois ocorreu um encontro informal com representantes da FAEP, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, do IAP, Mineropar, Ocepar, e o presidente Sindicato Rural de Ponta Grossa, Gustavo Ribas Neto. Sem o clima de animosidade ocorrido na “plenária”, foi possível esclarecer vários pontos que provocaram confrontos.

Entre eles:

- » Garantia de que não haverá desapropriações nem restrições à produção, inclusive de plantio de transgênicos;
- » A propriedade é inviolável e somente com autorização do proprietário fará ou não parte de eventual circuito turístico;
- » Não há restrições à exploração de minérios existentes na região;
- » Os Geoparques estão centrados em três conceitos: conservação (do patrimônio geológico), educação (em Geociências e em temas ambientais) e desenvolvimento regional (especialmente através do Geoturismo);
- » Não existe uma legislação que possa se sobrepor à legislação nacional e a Unesco não tem

# A controvérsia GEOPARQUE Campos Gerais

FAEP promove  
reunião entre  
produtores e  
entidades



Parque  
estadual  
de VILA  
VELHA

# ...sia do ...JE dos ...erais



nenhuma intenção em interferir na gestão das políticas nacionais.

Na verdade os Geoparques funcionam como uma espécie de selo, de “status” à região. Como é necessário mais informações consistentes para esclarecer os produtores dos Campos Gerais, os assessores da FAEP sugeriram a elaboração de um documento consolidando esses dados. O professor da UEPG e coordenador do projeto do Geoparque, Gilson Burigo Guimarães lançou a ideia nessa segunda reunião de um projeto piloto numa região menor, por exemplo, Tibagi, onde há projeto turístico em andamento. Pelo menos nesse ponto todos concordaram.

Fernando dos Santos

## \* OS PARTICIPANTES



**P**articiparam das reuniões: o representante da Unesco no Brasil, Celso Schenkel, o diretor-presidente da Mineropar, Eduardo Salamuni, o geólogo da Mineropar Gil Piekarz, o professor da UEPG e coordenador do projeto do Geoparque, Gilson Burigo Guimarães, o geólogo do IAP, Luiz Fornazzari Neto, o engenheiro agrônomo do Sistema Ocepar, Silvio Krinsk, Lisiane Rocha Czech, representando o Núcleo dos Sindicatos dos Campos Gerais, presidentes de Sindicatos Rurais e produtores da região dos Campos Gerais. Pela FAEP, presidindo o encontro, o diretor-financeiro João Luiz Rodrigues Biscaia, o assessor da diretoria Carlos Augusto Albuquerque, membros da assessoria jurídica e técnica e o superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi.

## \* PROJETO

### As razões do professor

**O** professor Gilson Burigo Guimarães, da Universidade de Ponta Grossa coordena o projeto do Geoparque dos Campos Gerais.

Após a tensa reunião inicial na FAEP, ele lamentou não ter a oportunidade de esclarecer alguns pontos que causam apreensão entre os produtores da região. “Não foi possível explicar a

inexistência de desapropriações e outras restrições relativas à produção e principalmente o fato de que não estamos nem queramos fazer nada às escondidas. Prova disso foram essas reuniões promovidas pela FAEP, às quais voltarei sempre que necessário”.



Leonardo Fagundes

por Cynthia Calderon

Fotos: Lineu Filho

**N**em sempre um produto de qualidade, investimentos em sua comercialização e em marketing são suficientes para conquistar os consumidores. A procedência é um passaporte que pode assegurar mercados, assim como a certificação de indicação geográfica dá acesso livre a uma região. Fato usual no caso de bebidas como o vinho espumante da região de Champagne, ou o Montepulciano, vinho tinto da região de Toscana (Itália). A pequena e histórica Morretes, no litoral paranaense, ganhou fama pela sua cachaça, mas não se preocupou com a qualidade e sim com a quantidade. Ao contrário, em outros municípios do Estado produz-se cachaça de qualidade, mas não tem a fama conquistada originalmente e historicamente por Morretes. A fórmula para contornar esse problema está sendo buscada pela Associação de Cooperativas e Empresas Produtoras de Cachaça Artesanal de Alambique do Paraná (Aprocapar).

Ela tem tomado uma série de medidas para que o produto não seja apenas uma bebida popular, com pouca qualidade. Eventos,



## A bebida destilada mais consumida no Brasil em busca de maior qualidade

treinamentos, palestras visitas técnicas, dias de campo e concursos são algumas das ações para fortalecer o setor. A mais recente é o 2º. Festival Paranaense - cachaças e produtos derivados da cana-de-açúcar, de 27 a 29 de maio, no Mercado Municipal de Curitiba. O evento tem a parceria do Sistema Faep, Sebrae, Senac, UFPR/Ridesa, Acesme e da Prefeitura Municipal de Curitiba e busca o reconhecimento da qualidade dos produtos paranaenses pelo mercado interno.

### Um novo ciclo

Bebida típica brasileira, a cachaça faz sucesso no exterior. Mesmo assim, o consumo maior é interno. De 60% a 70% da produção estimada em mais de um bilhão de litros ao ano é de aguardente, com marcas tradicionais no mercado. Segundo o agrônomo e professor Agenor Maccari Jr, especialista em produção de bebidas, o mercado mundial de bebidas vive de ciclos que duram entre 10 a 20 anos. Atualmente o ciclo mundial é o da cachaça.

No caso da cachaça artesanal o mercado é composto de pequenos produtores que vivem na informalidade. Eles trabalham com escalas muito

pequenas se consideradas isoladamente, mas que atingem grande volume quando somadas. Somente no Paraná calcula-se que haja entre 700 a 900 alambiques, responsáveis por uma parte dos 70 milhões de litros da bebida produzidos no Estado. A Aprocapar está buscando uma nova oportunidade através da qualidade, união e capacitação. Já são cinco cooperativas no Estado e a sexta, em Morretes, está em fase de implantação. As cooperativas implantadas seriam: Coachaça - Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Cachaça Artesanal do Sudoeste - Francisco Beltrão - 27 associados; Copavi - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória - Paranacity - 38 associados; Copercachaça: Cooperativa dos Produtores de Cachaça Artesanal do Oeste do Paraná - Foz do Iguaçu - 32 associados; Copercana - Cooperativa Agroindustrial de Cana-de-açúcar de Nova Aurora. Nova Aurora - 52 associados; Cooperlambique - Cooperativa de produtores de Cachaça Artesanal de Bituruna - Bituruna - 20 associados. Para atender a demanda que começa a surgir o SENAR-PR analisa a criação de cursos voltados para a cadeia produtiva de derivados de cana-de-açúcar.



# Morretiana

Como professor da UFPR, Maccari viaja o País inteiro, proferindo palestras sobre técnicas de produção, de julgamento da bebida e de diferenciação da qualidade. Ele é coordenador do Laboratório de Tecnologia de Produtos Agrícolas da UFPR, um dos mais famosos do Brasil na área de qualidade e análise sensorial de cachaça. Tanta experiência e conhecimento, o levou da teoria à prática. Com outros dois sócios, o jogador de futebol Mozart Santos Batista Júnior, mais conhecido como Mozart (joga no Livorno da Itália), e o engenheiro químico Fulgêncio Torres Viruel, investiram na empresa Agroecológica Marumbi, aos pés do Pico do Marumbi, produzindo a cachaça Porto Morretes. O nome Porto Morretes é um resgate histórico da cidade asso-

ciado ao seu potencial. O município tem tamanha importância na história da cachaça que morretiana entrou para o dicionário Houaiss como sinônimo de cachaça. Um dos berços do nascimento da bebida, Morretes já teve mais de 40 engenheiros. Hoje, tenta resgatar a tradição e a fama na produção de cachaça, com produtores investindo em estrutura e tecnologia, com a orientação da UFPR e da FAFIPAR. A região tem projetos neste seg-

mento apoiados pela Fundação Araucária. Maccari sonha em organizar e fortalecer o setor para conquistar a certificação de indicação geográfica que confirme que morretiana é sinônimo de cachaça das boas. “Queremos informar o consumidor para formarmos o cliente. Sem informação teremos somente consumidores”, diz ele.

A empresa de Maccari não planta em grandes áreas, buscando melhor proteção dos plantios e redução da incidência de pragas. Com o cultivo orgânico, não é permitido o uso de produtos químicos, como herbicidas, e a certificação exige a proteção das áreas de mata e dos recursos naturais. A empresa tem sistema de rastreabilidade com controle de todo o processo, do plantio até o envelhecimento, quando a bebida passa mais de três anos em barris de carvalho americano.

**“ Queremos informar o consumidor para formarmos o cliente. Sem informação teremos somente consumidores”**

AGENOR MACCARI JR, produtor

O alambique com capacidade de produção de 100 mil litros/ano aproveita o desnível do terreno e a gravidade em suas instalações. A empresa não usa lenha na produção. Emprega parte do bagaço usado para alimentar a caldeira e gerar vapor, a outra parte é usada como adubo.

Além das duas certificações de produto orgânico (ECOCERT e IFOAM/TECPAR), a Porto Morretes é a única cachaça no Paraná com certificação de conformidade, um selo fornecido pelo INMETRO. Exporta ao Canadá e Estados Unidos e numa parceria com uma empresa americana, lançou uma nova marca de cachaça orgânica, produzida nas versões prata (não-envelhecida) e ouro (envelhecida), ambas com a marca “Novo Fogo”. Segundo Maccari, os investimentos em tecnologia e qualidade são diferenciais do produto artesanal paranaense. “O lema não é produzir quantidade, mas primeiro produzir qualidade. Se por um lado isto pode tornar os produtos artesanais um pouco mais caros que os industriais é o que garante ao consumidor um diferencial de qualidade”. É esta busca que, através das diversas ações da Aprocapar, Maccari espera que se torne o diferencial das cachaças paranaenses.

**MACCARI:**  
"atualmente,  
o ciclo mundial  
é o da cachaça"



Fotos: Arquivo

## DEU NA IMPRENSA

### Campanha

» Pesquisa Nacional sobre as Escolas Rurais realizado pelo Ibope e Instituto Paulo Montenegro, contratado pela CNA, revela dados inquietantes: 70% das escolas não têm biblioteca, 76% ainda utilizam mimeógrafo e 66% não têm computador. Foi realizado um detalhado mapeamento da situação do ensino oferecido em escolas multisseriadas de áreas rurais em dez unidades da Federação: BA, DF, MG, MT, PA, PE, PR, RJ, RS, e TO.

[www.canaldoprodutor.com.br](http://www.canaldoprodutor.com.br)

### Eleições

» O prazo de desincompatibilização a diretores de Sindicatos Rurais que pretendem se candidatar nas eleições de 3 de outubro, termina no próximo dia 3 de junho.

DS/FAP

### Rastreador de presos

» Os senadores aprovaram a lei que vai permitir o uso de pulseira com rastreador eletrônico em presos considerados de baixa periculosidade. A ideia é utilizar o equipamento em condenados que estão em progressão de regime e durante os chamados saídas de Natal, Dia das Mães e outros feriados. O uso da tecnologia seria mais barato que manter o condenado no presídio, já que custa R\$ 400 por pessoa. Um preso custa ao Estado R\$ 1.500. O projeto já passou pela Câmara e segue para sanção presidencial.

Agência Brasil

“O Brasil tem tecnologia de enriquecimento de urânio? Não, tem tecnologia de enriquecimento de político!”



José Simão



### Conto do vigário

» Duas igrejas de Ouro Preto receberam uma imagem de santa como presente. Para decidir qual das duas ficaria com a escultura, os vigários contariam com a ajuda de um burro. Colocaram o burro entre as duas paróquias e ele teria que caminhar até uma delas. A escolhida pelo quadrúpede ficaria com a santa. E foi isso que aconteceu, só que, mais tarde, descobriram que um dos vigários havia treinado o burro. Desse modo, conto do vigário passou a ser sinônimo de falcatura e malandragem.



### Recheio diferente

» A Triumph, uma famosa empresa de lingerie criou um sutiã que traz dois pequenos vasos com terra e grãos de arroz no lugar do tecido que cobre os seios. Batizado de “floresça seu próprio arroz”, o acessório foi confeccionado pela Triumph Japan para conscientizar suas consumidoras sobre a importância da agricultura.

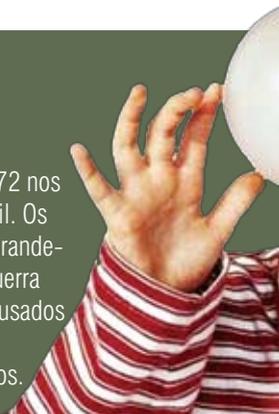


R\$ 228 milhões

» é o prejuízo causado pelo **ABRIL VERMELHO**.

### Praga

» A produção industrial de **CHICLETE** começou em 1872 nos EUA, e só em 1945, no Brasil. Os chicletes se popularizaram grandemente durante a Segunda Guerra Mundial, uma vez que eram usados como terapia relaxante para o estresse diário dos soldados.



## BEM NA FO



### A grande estrela

» O **SOL** é movido a hidrogênio, que se funde no calor do seu núcleo numa reação parecida com um reator atômico. Ele transforma hidrogênio em hélio. “A estrela produz 40 trilhões de megatons de energia por segundo”, diz o astrônomo Augusto Daminieli, do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo. A bomba de Hiroshima tinha 20 quilotons ou 20 mil quilos de explosivo.



## Até a bandeira

» A bandeira que balança na Praça dos Três Poderes em Brasília é a maior bandeira hasteada do planeta. Ela mede cerca de comprimento e 14,30 metros de altura.



## MOSAICO

### Ah, minha fazenda!



» De chapéu de palha e roupinha bem puída, o caipira mijá na cerca da maior fazenda da região. No meio do ato ele comenta, suspirando:  
- Ahhhh... Nada como mijá naquilo que é da gente!  
De repente, aparece o dono da fazenda do lado de dentro da cerca e grita:  
- E desde quando essa fazenda é tua?  
- Fazenda? Eu tô falando é da minha **BOTINA**, só!

## 171

» Na Índia os encantadores de serpentes colocam em suas flautas urina de rato para atraí-las ao tocar sua música.

» Piuiense é a palavra com mais vogais juntas do nosso idioma.

» Anilina pode ser lida da direita para a esquerda e vice-versa.

» As mulheres são as maiores compradoras de cuecas e barbeadores elétricos.

» Sete por cento dos americanos acredita que Elvis está vivo. 25% dos americanos acha que Sherlock Holmes existiu. 25% também acreditam em fantasmas, e 10% dizem ter visto um.

» Quarenta por cento dos telespectadores do Jornal Nacional dão boa noite a **WILLIAM BONNER** e **FÁTIMA BERNARDES** no final do programa.



» Na Roma antiga os soldados eram pagos com sal. Daí a palavra salário.

OTO



Marcos Riboll

## Ai, que peso!

» Competidor fica debaixo de animal, durante o Rodeio de Jaguariúna. A exposição da ARFOC SP acontece no Espaço Cultural Conjunto Nacional, na avenida Paulista, 2073, Cerqueira César em São Paulo.

## On the rocks

» O melhor whisky do mundo é japonês, segundo uma eleição promovida pela Whisky Magazine, a mais importante revista especializada no assunto. O **YOICHI 20** anos bateu mais de 200 outros produtos de alta qualidade, principalmente escoceses, para conquistar o título. A eleição foi realizada por meio de testes cegos, feitos por 16 dos melhores experts em whisky do mundo. O Yoichi 20 anos é destilado na ilha de Hokkaido, no Japão.



## Não é de hoje

» Neste mundo conturbado, quem tem muito dinheiro, por mais inepto que seja, tem talento e préstimos para tudo; quem não tem dinheiro, por mais talento que tenha, não presta para nada. **PADRE ANTÔNIO VIEIRA**, que além de missionário português, era um visionário porque previu isso no século XV (1600).

## Surdez conveniente

» Uma cadeira acústica foi feita na Inglaterra em 1819 para **DOM JOÃO VI**, que era meio surdo. A cadeira tinha duas aberturas - a boca do leão - nos braços, pelas quais os súditos falavam com o monarca. D. João ouvia através de ressoadores que ampliavam os sons. Quando ouvia besteira, D. João dizia ao interlocutor que a cadeira pifara.



## Curso de Armazenista

De 4 a 8 de maio, o Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a SENAR-PR e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, realizou o curso de Armazenista. Foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR Ramon Ponce Martins e teve a participação de dez produtores rurais da região.

Renan Peruci



## APUCARANA

### Falando de agronegócio

O Sindicato Rural de Apucarana e o Programa Universidade Sem Fronteiras da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FACEA) realizaram no dia 4 de maio uma palestra sobre agronegócio. Seiscentas pessoas assistiram às palestras realizadas no auditório da FACEA. O ingresso do evento foi 1 kg de alimento não perecível e os produtos arrecadados (450 kg) serão doados para entidades de caridade em Apucarana.



## Cultivo de plantas medicinais

De 4 a 6 de maio, o SENAR-PR e o Sindicato Rural de Toledo realizaram um curso de cultivo de plantas medicinais. Foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, Carlos Piazo, com a participação de 15 produtores rurais da região. Devido ao clima e ao solo que favorecem o plantio, o Paraná produz 90% da produção nacional de ervas medicinais. Piazo disse que o objetivo do curso é mostrar que as plantas medicinais têm uma dose certa para ser usada. “É preciso cuidado para a utilização das plantas. O poejo, por exemplo, é recomendável para uso adulto, para o tratamento de gripe, tosse e como calmante, mas é tóxico para crianças”, alerta o instrutor. A produtora rural Dileta Campagnolo contou que ela e outras participantes do curso pretendem transformar as plantas medicinais em fonte de renda. “Vamos conseguir ganhos a partir do conhecimento que adquirimos no curso”, disse.



## }} CHOPINZINHO

### Primeiro curso de retroescavadeira no Paraná

Nos dias 28 e 29 de abril o Sindicato Rural de Chopinzinho, SENAR-PR e Secretaria de Agricultura realizaram um curso piloto de retroescavadeira. Trata-se de um curso inédito que tem o objetivo de ensinar aos agricultores a manutenção e operação deste equipamento, garantindo melhores resultados e maior vida útil da máquina.



## }} PITANGA

### JAA em Campo Mourão

Os jovens da turma do Programa JAA de Pitanga realizaram em 4 de maio uma visita ao campus da Faculdade Integrado, em Campo Mourão. Os participantes orientados pelo instrutor do SENAR-PR, Elson Buaski, assistiram a uma palestra sobre os cursos de agronomia e veterinária. Participaram da viagem o professor, Claudinei Esquerdo, da escola do Rio XV de Baixo e os ex-JAAs Julio Cesar Antonio e Reinaldo Luiz de Araujo.





# A Força da Mulher

O Sindicato Rural Mariluz e a Prefeitura Municipal, com apoio do Sistema FAEP, realizaram no dia 4 de maio uma palestra motivacional para produtoras e trabalhadoras rurais da região. José Carlos Poli ministrou a palestra “A Força da Mulher”. Abordou a importância da mulher na família, na sociedade e na economia. Poli utilizou de dinâmicas, filmes e exemplos do cotidiano para a assimilação do conteúdo. O evento contou com a presença de aproximadamente de 500 pessoas.



# Material do Agrinho/ 2010

No dia 30 de abril, o presidente do Sindicato Rural de Mariluz, Mar Sakashita, fez a entrega do material pedagógico do Programa Agrinho 2010 para a Secretaria de Educação. Esta edição do Programa Agrinho teve adesão de 95% dos municípios paranaenses.



# Segurando as rédeas

Em parceria com o SENAR-PR, o Sindicato Rural de Mariluz realizou um curso de rédeas. O curso aconteceu do dia 3 ao dia 7 de maio em uma propriedade da região. Os participantes foram orientados pelo o instrutor do SENAR-PR, Jaime Bardi Filho.



# Oportunidade para o futuro

Os jovens do curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) de Ivaté estão participando de um projeto que contrata jovens entre 15 e 17 anos como aprendizes na usina Usaçucar. Os JAA's acompanham o dia a dia da usina e, dependendo do rendimento, podem ser contratados quando completarem 18 anos. Os instrutores do SENAR-PR, Darlan Cavalaro e Fernanda Santos Marcos são os orientadores da turma. O projeto começou no dia 30 de março e vai até o dia 18 de janeiro de 2011.



# JAA's visitam plantação de uvas

No dia 4 de maio, participantes do curso Jovem Agricultor Aprendiz da turma de Marialva visitaram uma propriedade para acompanhar o cultivo de uva. Os jovens conheceram também uma agroindústria de sucos de uva, vinho, doces e geleia. A instrutora do SENAR-PR, Patrícia Pimentel conta que os jovens fizeram degustação de sucos e geleias.



# Conselho paritário produtores/indústrias de leite do estado do Paraná | CONSELEITE-Paraná

## RESOLUÇÃO Nº 05/2010

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 18 de maio de 2010 na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço de referência realizado em Abril e a projeção do preço de referência para o mês de Maio de 2010.

O preço de referência final do leite padrão para o mês de Abril/2010 calculado segundo metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do mês, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contido no Anexo I do Regulamento; e o preço projetado de referência do mês de Abril (contido na Resolução 04/2010 do Conseleite-Paraná) e as diferenças entre estes valores são apresentados a seguir:

### VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) | POSTO PROPRIEDADE\* - ABRIL/2010

MATÉRIA-PRIMA	Valores projetados em 13/Abril/2010	Valores finais Abril/2010	Diferença (final - projetado)
I - Leite acima do padrão - Maior valor de referência	0,7869	0,7905	0,0036
II - Leite Padrão - Preço de referência	0,6843	0,6874	0,0031
III - Leite abaixo do padrão - Menor valor de referência	0,6221	0,6249	0,0028

(\*) Observações:

Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está inclusa a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural.

O preço de referência projetado do leite padrão para o mês de Maio de 2010, calculado segundo a metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do primeiro decêndio de Maio, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão contidos no Anexo I do Regulamento, e os valores finais de referência do mês de Abril/2010, são apresentados a seguir:

### VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) POSTO PROPRIEDADE - ABRIL/2010 E PROJETADOS PARA MAIO/2010

MATÉRIA-PRIMA	Valores finais Abril/2010	Valores projetados Maio/2010	Diferença (Projetado - final)
I - Leite acima do padrão - Maior valor de referência	0,7905	0,7750	0,0155
II - Leite Padrão - Preço de referência	0,6874	0,6739	0,0135
III - Leite abaixo do padrão - Menor valor de referência	0,6249	0,6126	0,0123

(\*) Observações:

Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está inclusa a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Maio de 2010 é de R\$ 1,3388/litro.

Curitiba, 18 de maio de 2010.

WILSON THIESEN  
Presidente

RONEI VOLPI  
Vice-Presidente



Alexandre Fernandes

## Departamento Sindical faz treinamento sobre o CCIR

Documento é fundamental na vida financeira dos produtores

Oitenta e cinco Sindicatos Rurais do Paraná participaram entre 11 e 20 de maio, de treinamentos sobre o correto preenchimento dos formulários de imóveis rurais do INCRA, com o objetivo de possibilitar a emissão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR 2006 a 2009. Os treinamentos foram realizados em Assis Chateaubriand, Londrina e Curitiba e ministrados pelos técnicos do Departamento Sindical da FAEP, Luiz Antonio Finco, Altevir Getúlio de Goes, Benedito C. de O. Silva e Maurinei Benedito Igerski.

O CCIR emitido pelo INCRA é um documento indispensável aos produtores rurais para a realização de diversas transações imobiliárias, como transmissão por venda da propriedade, desmembramento, herança e até financiamentos bancários. Neste ano, segundo Finco, “o certificado passou a ser emitido também pela internet no site do INCRA ([www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br))”. Muitos produtores, porém, tiveram a surpresa de terem o CCIR de suas propriedades rurais inibidos (bloqueados). A solução tem sido a ajuda dos Sindicatos Rurais, onde há funcionários habilitados para a liberação do CCIR 2006 a 2009 sejam desbloqueados.

## Posse em Londrina



Divulgação

Tomou posse como presidente do Sindicato Rural de Londrina, Narciso Pissinati, no último dia 14. Sua diretoria terá na vice-presidência Luiz Fernando de Almeida Kalinowski, Mylton Casaroli Júnior, José Roberto Caria Mortari e Vilson Mouro, com mandato até 2013. João Luiz Rodrigues Biscaia, diretor financeiro, representou a FAEP.

### Poncã

Sobre a matéria “Cerro Azul muda seu perfil” (BI-1096), gostaria de acrescentar que a doença pinta preta dos citros existe na região de Cerro Azul e dificulta para o agricultor o cumprimento da normativa do MAPA que impede o transporte de frutos com ramos e folhas. Os agricultores passam por um processo de adaptação em relação à doença.

*Ivan Silva Evangelista, Engenheiro Agrônomo*

## 37ª COSALFA

» A 37ª Cosalfa aconteceu semana passada na Guiana. A reunião teve seus momentos dramáticos, com muitas cobranças. Afinal a comissão se reúne desde 1973. E os resultados não agradam a todos. Mas, de forma geral, os avanços são consideráveis. As pedras no sapato continuam sendo a Venezuela, Bolívia e Equador.

## Resumo da ópera

» Talvez a mais importante conclusão da reunião é que a febre aftosa é um problema político. Os técnicos sabem o que fazer, só falta fazer os políticos entenderem que a decisão é deles, a tal vontade política. Sem esta decisão, a coisa não evolui.

## Cooperação

» A comissão apresentou sete resoluções, sendo que quatro são relevantes. A primeira, e mais importante, define como prioridade o fortalecimento da cooperação entre o Panaftosa e a OPS-OMS no combate à febre aftosa. O Panaftosa é um centro de referência importante na América do Sul, e ele é o nosso avalista mais importante. Dá credibilidade às ações desenvolvidas no continente.

## Plano de ação

» A segunda resolução foi a mais polêmica. Ela trata da elaboração de um novo plano de ação. O plano original previa a erradicação da febre aftosa no continente até 2009. Bom, está claro que a meta não foi atingida. Em 2009, tivemos 142 focos registrados no continente, sendo 138 deles só no Equador. O prazo foi estendido até 2020, mas foi muito criticado principalmente pelo Brasil. O medo é que o adiamento acabe anulando os esforços realizados até agora.

## Vigilância

» As outras resoluções tiveram pouco impacto. Uma delas trata da extinção da Comissão de Biossegurança para o Vírus da Febre Aftosa. A comissão não foi solicitada desde a sua formação e, portanto não se justifica. E por último, a resolução que cobrou um maior comprometimento dos governos da Venezuela, Bolívia e Equador no combate a doença. A comissão sugeriu que haja um acompanhamento mais próximo nesses países para evitar a propagação da doença pelo continente.

» **SUGESTÕES E COMENTÁRIOS:**  
*fabricao.monteiro@faep.com.br*



## Seminário sobre a NR-31

Fernando dos Santos



O nome é longo - Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, ou como é mais conhecida: NR-31 - e também suas consequências.

Ela rege as relações de trabalho em todas as atividades da agropecuária nacional e está em vigor desde março de 2005. Na quinta feira, dia 20, o presidente da Comissão Nacional do Trabalho e Previdência Social da CNA e da FAEP, Ágide Meneguette (foto) abriu o Seminário FAEP/CNA sobre a NR-31, em Curitiba. “Conseguimos reunir a CNA, a Contag e o Ministério do Trabalho para buscarmos um consenso sobre essa Norma num Grupo Tripartite, e esse Seminário faz parte deste contexto”, disse Ágide.

Participaram presidentes de Sindicatos Rurais, técnicos da CNA e FAEP e representantes de empresas ligadas à agropecuária. Outros encontros serão realizados e dia 29 de julho deverão estar concluídas as sugestões para as alterações naquela Norma.

## Leite pasteurizado às crianças

A Assembleia Legislativa aprovou dia 18 último, projeto determinando que o Programa Leite das Crianças passe a ser constitucionalmente obrigatório no Paraná, segundo anúncio do governador Orlando Pessuti. “Vamos agora estender o leite pasteurizado, em substituição ao leite em pó para as nossas escolas públicas, hospitais, centro de socialização educacional e penitenciárias”, disse Pessuti;

Para o secretário de Agricultura e do Abastecimento, Erickson Chandoa, o sucesso desta ação de governo se deve não só ao alcance social que ela representa, como também na reestruturação e equilíbrio da cadeia leiteira que o programa criou no Estado. O Leite das Crianças foi decisivo para o combate à desnutrição e a melhoria da alimentação de milhares de crianças pobres no Paraná. “Temos hoje um grande envolvimento destes agentes. São 13 mil produtores que fornecem o leite para o programa, que é processado e distribuído por 68 laticínios no Estado”, disse o secretário.

## Mais três reservas

O Paraná poderá ter mais três reservas indígenas nos municípios de: Guaqueçaba, Sambaqui, (em Pontal do Paraná), e Karuguá (atual Araçá, em Piraquara), todas áreas de proteção ambiental. A FUNAI criou um grupo de trabalho para avaliar esses locais. Existem atualmente três etnias indígenas no Estado: Guarani, Caingangue e Xetá que somam uma população de 14 mil índios, que vivem em 32 locais diferentes.



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná  
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124  
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

**Presidente**  
Ágide Meneguette

**Vice-Presidentes**  
Moacir Micheletto (licenciado)  
Guerino Guandalini  
Nelson Teodoro de Oliveira  
Francisco Carlos do Nascimento  
Ivo Polo  
Ivo Pierin Júnior

**Diretores Secretários**  
Livaldo Gemin  
Pedro Paulo de Mello

**Diretores Financeiros**  
João Luiz Rodrigues Biscaia  
Paulo José Buso Júnior

**Conselho Fiscal**  
Sebastião Olímpio Santoroza  
Luiz de Oliveira Netto  
Lauro Lopes

**Delegados Representantes**  
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,  
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar  
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná  
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779  
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

**Conselho Administrativo**  
**Presidente**  
Ágide Meneguette - FAEP

**Membros Efetivos**  
Ademir Mueller - FETAEP  
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC  
Darci Piana - FECOMÉRCIO  
Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal | Membros Efetivos**  
Sebastião Olímpio Santoroza  
Luiz de Oliveira Netto  
Jairo Correa de Almeida

**Superintendência**  
Ronei Volpi

## BOLETIM informativo

Marcos Tosi (redator)  
Cynthia Calderon (redatora)  
Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: imprensa@faep.com.br

**Diagramação e projeto gráfico**  
Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias  
de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR  
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

O excesso de intervencionismo governamental na agropecuária tem feito da Argentina “um depósito de oportunidades perdidas”. A avaliação é do professor Juan Carlos Larramendy, da Universidade Tecnológica Nacional (UTN), da província do Chaco, em palestra para um grupo de produtores rurais associados ao Sindicato Rural de Toledo, alunos e professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). O grupo esteve na Argentina em viagem técnica de 5 a 9 de maio.

Entre os equívocos governamentais recentes estariam a redução compulsória da oferta de carne bovina, que elevou em 80% os preços no mercado interno, e a política de “retenciones” que taxa em 35% a produção de soja destinada à exportação e em cerca de 15% o trigo. “É uma política antiprodutiva para o agronegócio, que ignora as vantagens naturais e tecnológicas argentinas em nível internacional e esquece que o setor é a principal fonte de recursos externos”, criticou o professor Larramendy.

A imersão na realidade da região do Chaco evidenciou também a importância da parceria entre o setor produtivo e as universidades, que é uma tradição na Argentina. Além de assistir a palestras com pesquisadores da UTN e do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), os paranaenses visitaram uma fazenda, um centro de genética de bovinos e uma indústria de defensivos e inoculantes.

A visita técnica foi igualmente uma oportunidade de estreitar laços de amizade com produtores argentinos. O presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Paludo, e outros integrantes da diretoria, entregaram material de divulgação do Sistema Sindical Rural. Houve também troca de literatura acadêmica entre os argentinos e os professores da Unioeste.

### Pecuária

O pesquisador Osvaldo Balbuena, da Estação Experimental Agropecuária Colônia Benitez,

# Lições de uma visita ao Chaco argentino

Comitiva de Toledo vê a realidade da agropecuária argentina



Divulgação

estima que o rebanho bovino da Argentina poderá chegar, nos próximos anos, a 52 milhões de cabeças, quase um terço do rebanho total brasileiro. O crescimento não será pela retomada dos 13 milhões de hectares levados pela agricultura, mas pelo aumento da produtividade e pelo conhecimento técnico proporcionado pelas “propriedades demonstrativas” - centros de excelência em pecuária para difusão de tecnologias.

## Desafios da soja

O presidente da Aprosoja-MT, Glauber da Silva Silveira, esteve em Toledo, no último dia 13, a convite do Sindicato Rural, onde fez uma palestra sobre “Os desafios da soja no Brasil”. O evento fez parte da “Gestão em Foco”, realizada pela Faculdade Sul Brasil. Na foto, o deputado Dilceu Sperafico, Glauber da Silva Silveira, o deputado federal Moacir Micheletto, Sávio Pereira, representante do MAPA, e Nelson Paludo, presidente do Sindicato Rural. O evento contou também com a presença do jornalista João Batista Olivi.



Divulgação



# O SENAR-PR levou **QUALIFICAÇÃO** *eles responderam com* **CRESCIMENTO PROFISSIONAL**

Nossa homenagem e reconhecimento a quem está ajudando a construir histórias de sucesso na agropecuária paranaense

Um terço do público atendido pelo SENAR-PR é de trabalhadores rurais, o que equivale a 35 mil pessoas qualificadas a cada ano.



Nos quatro primeiros meses de 2010 mais de 10 mil trabalhadores já passaram por cursos do SENAR-PR.



Além de formação profissional, esses cursos incentivam o empreendedorismo, a sustentabilidade das propriedades e a educação cidadã.

Fotos: Cleverson Bele



## \* PRINCIPAIS PROGRAMAS DO SENAR-PR

### EMPREENDEDOR RURAL

**18 mil** empreendedores certificados

### AGRINHO

**1,5 milhão** de estudantes e professores por ano

### JOVEM AGRICULTOR APRENDIZ

**14 mil** jovens atendidos

### MULHER ATUAL

**4 mil** participantes

#### Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar  
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

#### EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Endereço insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico
- Falecido
- Ausente
- Não procurado

#### REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_